

# Superior Tribunal de Justiça

**ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.564 - DF (2019/0163526-7)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**RECORRIDO : NÃO CONSTA**  
**INTERES. : VALMIR MARTINS DE SOUZA**  
**ADVOGADO : RICARDO DE CARVALHO GUEDES - DF008892**

## EMENTA

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO NO JULGAMENTO DE IRDR. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. AÇÃO DE USUCAPIÃO DE BEM IMÓVEL. REQUISITOS DE PROCEDIBILIDADE. AUSÊNCIA DE MATRÍCULA INDIVIDUAL. LOTEAMENTO NÃO AUTORIZADO. OMISSÃO DO PODER PÚBLICO.

1. Delimitação da controvérsia: *Cabimento de ação de usucapião tendo por objeto imóvel particular desprovido de registro, situado no Setor Tradicional de Planaltina-DF e inserido em loteamento que, embora consolidado há décadas, não foi autorizado nem regularizado pela Administração do Distrito Federal.*

2. Recurso especial afetado ao rito do art. 1.036 NCPC, com suspensão dos processos pendentes.

## ACÓRDÃO

A Segunda Seção, por maioria, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos e determinou a suspensão dos processos pendentes, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, para delimitação da seguinte questão controvertida: cabimento de ação de usucapião tendo por objeto imóvel particular desprovido de registro, situado no Setor Tradicional de Planaltina-DF e inserido em loteamento que, embora consolidado há décadas, não foi autorizado nem regularizado pela Administração do Distrito Federal.

Votaram com o Sr. Ministro Relator os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Luis Felipe Salomão, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Marco Aurélio Bellizze e, nos termos do art. 257-B do RISTJ, o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

Vencidos, quanto à afetação do processo, os Srs. Ministros Villas Bôas Cueva, que suscitou, em preliminar, questão de ordem, e o Sr. Ministro Raul Araújo, que o acompanhou.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator